



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

PGR -MANIFESTAÇÃO Nº 215118/2015

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO Nº 915.133/RS

RELATOR :MIN. LUIZ FUX

RECTE.(S) :THALES HIAGO ÁVILA SOUZA

ADV.(A/S) :GUILHERME RODRIGUES ABRÃO

RECDO.(A/S) :MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Senhor Ministro-Relator,

1. Os argumentos trazidos pelo agravante são insuficientes para descaracterizar a decisão impugnada, que deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos: *“quanto à alegação do artigo 5º, XLVI, da Constituição, a jurisprudência desta Corte é no sentido de que a violação constitucional dependente da análise de malferimento de dispositivos infraconstitucionais encerra ofensa reflexa e oblíqua, tornando inadmissível o recurso extraordinário (...) Demais disso, a jurisprudência desta Corte é uníssona no sentido de que a verificação de ofensa aos princípios da legalidade, do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e da motivação das decisões judiciais, bem como aos limites da coisa julgada, quando debatida sob a ótica infraconstitucional, revela ofensa indireta ou reflexa à Constituição Federal, o que, por si só, não desafia a instância extraordinária (...) Relativamente à alegada violação ao artigo 93, IX, da Constituição Federal, o Supremo Tribunal Federal firmou jurisprudência no sentido de que a decisão judicial tem que ser fundamentada, ainda que sucintamente, sendo prescindível que o decisum se funde na tese suscitada pela parte”*.

2. Isso posto, opino pelo desprovimento do agravo regimental.

Brasília, 14 de outubro de 2015

**EDSON OLIVEIRA DE ALMEIDA
SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA**

Leandro Miranda